

CONSERVADORISMO NACIONAL E IDENTITARISMO RACIAL: UMA ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS EM OPOSIÇÃO AO INDIVIDUALISMO

Sofia Muñoz

Membro associado do Observatório Político

Resumo

Este ensaio propõe uma análise crítica das convergências e divergências entre o conservadorismo nacional e o identitarismo racial, com destaque para suas relações com o individualismo e o liberalismo. A investigação centrar-se-á em como estas correntes ideológicas, frequentemente consideradas distintas, podem partilhar áreas de convergência ao desafiar pressupostos fundamentais do pensamento individualista e liberal presente nas sociedades democráticas modernas, oferecendo *insights* para os debates atuais sobre a natureza e os limites da pluralidade nas sociedades democráticas.

A abordagem inclui uma análise das bases históricas do individualismo, examinando os seus princípios base, bem como a evolução da sua perceção. Explorar-se-ão igualmente as manifestações práticas destas ideologias na esfera pública, examinando como influenciam políticas, discursos e movimentos sociais.

Palavras Chave

Conservadorismo nacional; Identitarismo racial; Individualismo; Liberalismo

Introdução

*“Modernity’s greatest achievement was the invention of the individual (...).
Today’s progressives, who fancy themselves the vanguard of modernity are
actually modernity’s enemies.”*

-Michael Oakeshott

As questões relacionadas com etnias e raças têm ganhado cada vez mais visibilidade devido aos incidentes dos últimos anos na sociedade norte-americana e aos movimentos que deles surgiram. Desta onda reacionária originou-se uma nova noção do conceito de identitarismo racial, um conceito que tem lutado por se fazer ouvir no contexto social e, especialmente no contexto político norte-americano ao longo de várias décadas, como será exposto mais adiante. Contudo, as dificuldades que se impõem a este movimento são merecedoras de uma especial atenção e análise, para se entender propriamente qual é o verdadeiro inibidor da agenda identitária-racial.

Este ensaio parte de uma perspectiva superficial da conjuntura sociopolítica norte-americana na qual, à primeira-vista, entende-se que a voz dos identitários raciais é abafada por uma corrente ideológica geracional já estabelecida no país, por ir diretamente contra os ideais defendidos por esta mesma corrente, conhecida como conservadorismo nacional. É de notar, no entanto, que esta impressão (e suposição) é falaciosa, remetendo a uma falsa interpretação do real obstáculo à proliferação das reivindicações identitárias. O fator que inibe tal doutrina de se fazer escutar no contexto sociopolítico com a credibilidade que deseja, vai muito para além do conflito ideológico evidente entre conservadores e identitários.

A investigação segue-se então por um fio de pensamento que nos guia para ideia de que por mais aparente que seja o choque entre estas ideologias, a chave para entender a relevância deste debate reside no facto das mesmas terem um inimigo em comum, podendo estar mais próximas uma da outra do que aparentam.

Com isto quer dizer-se que o conservadorismo nacional possui também um igual impedimento para se fazer ouvir na modernidade, por parte de algo que vai além das pretensões dos identitários raciais.

Esta compreensão do que defende cada uma das doutrinas e de como é que as mesmas são percecionadas na atualidade constitui grande pertinência no sentido em que contribui para a desmistificação deste conflito ideológico falacioso e que, por sua vez abrirá o caminho para se poder apurar as falhas e défices de cada um imparcialmente.

Este impedimento, ou fator, suprarreferido é o inimigo comum de ambos: o individualismo. Ambas as doutrinas se opõem a um dos princípios fundamentais das democracias liberais e, como tal, apresentam-se como ameaças à formulação de sociedade que a modernidade defende.

Contextualização

Individualismo

Para se entender como é que o individualismo se torna um inimigo comum de duas ideologias aparentemente opostas, deve primeiramente estabelecer-se o que é este conceito.

Sucintamente, o individualismo afirma-se como uma doutrina filosófica e social, de cariz entendido por alguns pensadores como liberal, a qual coloca uma especial importância nos direitos, liberdades e autonomia do indivíduo (face ao Estado). Promove a busca do interesse próprio, as realizações pessoais e a maximização do potencial do indivíduo tanto em sociedade, como na esfera privada. Atendendo às democracias liberais, o individualismo constitui a base da sociedade moldando por sua vez o sistema político, social e económico.

Numa perspetiva histórica, os primeiros indícios de comportamentos e modos de pensar individualistas surgiram no século XII e foram aparecendo e reaparecendo ao longo dos sete séculos seguintes. Estes mesmos comportamentos emergiram não devido a pretensões forçadas e impostas ao homem por algo ou alguém moralmente superior, mas graças a determinadas condições favoráveis ao desenvolvimento de uma identidade enquanto indivíduo, nomeadamente o colapso de um modo de vivência à base da integração comunitária (Oakeshott, 1991).

Estas mesmas condições revelaram ser extremamente favoráveis especialmente nos séculos XIV e XV, com a reforma das condições de vida e pensamento medievais. Este escape a uma vida em que a capacidade de escolha era reduzida ao que os laços comunitários ditavam gerou uma nova identidade do homem. Em Itália, surgiu o *uomo singolare*, que rompeu com as identidades de grupo em que o homem apenas se reconhecia enquanto membro de uma família, grupo, igreja ou aldeia (Will, 2021) emancipando-se das pressões de grupo.

Por volta do século XVI, esta identidade expandiu do modo de vivência para uma teoria ética e metafísica cuja influência começou a ditar o modo de governança. Modificou-se a política, as instituições, a arte, a religião, o comércio e a indústria. O individualismo tornou-se o ingrediente chave para a felicidade humana, modificando qualquer tipo de relação entre homens.

Conservadorismo nacional

O conservadorismo nacional refere-se à terminologia atribuída ao conservadorismo americano. Esta noção só por si suscita curiosidade na medida em que diversos pensadores se questionaram se seria possível falar de um conservadorismo americano. Isto, pois, referir o conservadorismo num país recente e nascido de uma revolução parece contraditório. No entanto, é necessário entender que a própria revolução americana foi uma revolução conservadora aquando pretendia conservar a Constituição e os valores que esta defendia. Cumpre os “requisitos” de uma ideologia reativa de uma teoria situacional ao ter sido uma reação às ameaças feitas aos direitos dos americanos. Esta tem por sua vez “collectivists on the right, who recoil against modernity in the name of communitarian values, strongly tinged with a nativist nationalism and with a trace of the European blood-and-soil right” (Will, 2021).

Este conservadorismo nacional a que nos referimos foi sempre sujeito de um consenso geral sobre o que defendia e o que “atacava”, defendendo então a preservação de valores tradicionais e de uma herança cultural dentro de uma nação e, atacando os dogmas que são considerados especificamente liberais (com a exceção histórica do combate à URSS em que conservadores e liberais se uniram para combater o inimigo comum). No entanto, os conservadores nacionais acreditam que após 2016, com a eleição de Donald Trump, o consenso generalizado desapareceu e, como tal, acham necessário regressar àquilo que os autores do artigo *Against the Dead Consensus*¹ consideram as verdades fundamentais do conservadorismo, nomeadamente “We oppose the soulless society of individual affluence”.

Identitarismo Racial

No que toca a políticas identitárias, estas focam-se em características fixas de determinados indivíduos tais como a raça, género, etc. que exigem reconhecimento social (Fukuyama, 2022).

Como nos informa Fukuyama, “nos Estados Unidos, a política identitária foi iniciada à esquerda, em torno de grupos marginalizados como afro-americanos, mulheres, gays e outros, que na década de 1960 se começaram a mobilizar numa série de movimentos sociais pela igualdade de reconhecimento. A política identitária foi um poderoso instrumento de mobilização na promoção dos direitos dessas comunidades. Era uma forma

¹ Various. 2019. “Against the Dead Consensus.” First Things. March 26, 2019. <https://www.firstthings.com/web-exclusives/2019/03/against-the-dead-consensus>.

de ajudar as pessoas a perceber de que modo tinham sido sujeitas a injustiças e desigualdade de tratamento e o que tinham em comum com outros membros desse grupo.”²

Entende-se então que a política identitária surge para se fazer cumprir a promessa liberal de igualdade universal e proteção do Homem face ao Estado.

O identitarismo racial, por sua vez enquanto ideologia indica ser um imperativo moral para ver a nação apenas através de lentes raciais. É um chamamento para a identidade racial e os interesses específicos de um na política para todos, afirmando que o contexto racial de cada um é um aspeto fundamental da sua identidade e deve moldar as suas experiências, perspetivas e interações em sociedade.

Convergências

Individualismo enquanto ameaça

Estas correntes de pensamento creem que o individualismo pode fragmentar as sociedades, erodir valores partilhados e enfraquecer o sentido de comunidade ao minar os seus laços, contribuindo para sentimentos de alienação isolamento. Poderá resultar na rutura de tradições culturais que unem a sociedade por perturbar a transmissão de conhecimento cultural de uma geração para a outra. Pode também ofuscar as identidades de grupo, resultando numa perda de orgulho e solidariedade coletiva. Por fim, enfraquece do mesmo modo o tecido social que une as comunidades.

Ambos creem que uma forte identidade coletiva é essencial para promover a harmonia social e uma finalidade comum que transcenda os interesses individuais.

Especificamente, os conservadores apontam como a maior crítica ao liberalismo a falta de oferta de qualquer horizonte moral comum em torno do qual se possa construir uma comunidade. Do seu lado, os identitários raciais acusam o liberalismo de não garantir suficiente autonomia aos grupos culturais pois o individualismo é um conceito ocidental que não se coaduna com as tradições mais comunitárias de outras culturas, procurando então impor tradições culturais enraizadas nos valores europeus.

² Fukuyama, Francis. 2022. *Liberalism and Its Discontents*.

Universitas e Societas

Podem analisar-se também as _____ numa perspetiva mais teórica, passando pelo entendimento destas doutrinas como uma *Universitas*.

Entenda-se então a *Universitas* como a interpretação do Estado como uma *enterprise association*, ou uma associação política de pessoas em relação a algum fim comum identificado (como um modo de vida comum, um propósito moral ou uma visão abrangente da sociedade boa). É uma associação preferencial daqueles que acham que a liberdade e individualidade é mais um fardo. Tomam o Estado como uma identidade paternal, demonstrando própria falta de individualidade.

Numa *Universitas*, os indivíduos reúnem-se não apenas como indivíduos isolados que procuram satisfazer os seus interesses particulares, mas como membros de uma empreitada coletiva que transcende as suas buscas individuais. O foco está na comunalidade de propósito e na compreensão partilhada da vida boa.

Por oposição, existe a *Societas*, uma associação civil, ou associação política mais instrumental/ transaccional por natureza, onde cada um persegue os seus interesses desde que siga regras de conduta. O fim que procuram diz respeito a cada indivíduo. Encontra-se a manutenção de regras muito gerais sem que interferência na forma em que os indivíduos escolhem viver as suas vidas.

Numa *Societas*, os indivíduos reúnem-se para alcançar fins práticos ou para se envolver em transações específicas. A associação está mais relacionada aos benefícios instrumentais da cooperação do que a uma visão partilhada da boa vida. É uma forma mais limitada e utilitária de associação.

O que isto nos diz, é que ambas parecem agir como uma *Universitas*, no sentido em que os conservadores nacionais procuram o propósito comum de fazer subsistir os Estados Unidos da América nos moldes em que estes acreditam, seguindo determinados valores, sendo esse o interesse comum a ser continuamente satisfeito. Do seu lado, os identitários raciais agem em relação à sua “invalidez” no âmbito da procura de um “alívio”, o qual pretendem encontrar na reforma da agenda política. Zelam pelo anti indivíduo na medida em que promovem todos este interesse final específico – o mundo visto através de uma lente racial.

Divergências

Embora o conservadorismo nacional e o identitarismo racial se oponham ao individualismo, é importante observar que cada um propõe abordagens alternativas diferentes.

Os conservadores nacionais defendem uma abordagem mais comunitária que enfatiza o bem-estar coletivo da nação - defendem políticas que priorizem o bem comum em detrimento dos desejos individuais em nome do patriotismo.

Por outro lado, os identitários raciais concentram-se na preservação e fortalecimento de grupos raciais ou étnicos específicos. Buscam abordar injustiças históricas e garantir sua representação e continuidade cultural e visam garantir a preservação da sua herança cultural dentro de uma nação.

Críticas e Controvérsias

O que se pode inferir da perspectiva de cada um, no âmbito da sociedade democrática moderna, é que ambos apresentam elementos controversos, os quais, aliados ao seu desdém pelo individualismo, convergem para uma lacuna de receptividade por parte de quem os escuta.

As críticas no que diz respeito aos conservadores nacionais passam nomeadamente por uma perceção do seu discurso político como discurso populista. Isto é, de modo a fazerem ouvir-se, criaram uma nova arte de *políticar*, a qual não passa por governar, nem de manter o apoio de uma maioria de indivíduos numa assembleia parlamentar, mas sim de saber o que permite colecionar mais votos fazendo-o de tal forma que pareça ser a *volonté générale* (Oakeshott, 1991).

Relativamente ao identitarismo racial, a crítica é mais enfática no sentido em que lhe aponta um defeito fatal na política: aborrecido. Isto, pois, como afirma Will, o discurso desta doutrina passa pela reciclagem de termos como “sistémico”, “estrutural”, “inconsciente”, “interseccional” e por aí em diante, todos usados de forma bastante arbitrária. Este discurso acaba por saturar o debate político com questões de raça, tornando-as o centro da ação política, a qual funciona em torno da sua agenda. Agenda a qual, toma como alvo o poder do Estado para convocar a pressão social para se concretizar.

Deturpação do individualismo - Desafios ao liberalismo e à sociedade democrática moderna

Naturalmente, observa-se que os conceitos de autonomia, universalismo e individualismo anteriormente defendidos de uma determinada maneira foram corrompidos por o que Oakeshott apelidou de *anti-individuals*, os quais “have feelings rather than thoughts, impulses rather than opinions, inabilities rather than passions and are only dimly aware of its power”³. O anti-indivíduo invoca um novo entendimento do papel do governo, acreditando que este serve para ditar normas de acordo com as suas reivindicações e com o seu caráter.

Como afirma George Will, a “invenção” do indivíduo nos Estados Unidos surge com a revolução na medida em que “Government exists to protect the individual’s right to the pursuit of happiness as the individual defines it, not the pursuit of the good life as government defines it. Government must be powerful enough to protect (in Oakeshott’s formulation) “the order without which the aspirations of individuality could not be realized” — security of person and property — but not powerful enough to threaten individuality.”

Mas, numa tentativa de garantir a tolerância, no caso dos identitários raciais, o que se realmente se verifica é a exigência da mesma, em moldes os quais o Estado democrático tem uma determinada relutância em concretizar. Isto, pois, não tem como prioridade conferir direitos fundamentais a grupos específicos, cada um dos quais abrange uma ampla variedade de indivíduos, cujos interesses e identidades podem ser muito diferentes das que se atribuem ao grupo como um todo (Fukuyama, 2022). O governo foi criado para arquitetar a ordem pública em que os indivíduos têm a oportunidade de seguir as suas próprias atividades de forma livre e não para assegurar o bem público de determinadas comunidades, arriscando corromper-se no formato de um governo popular.

Pode ver-se que a autonomia deixa de incidir sobre o indivíduo e passa a incidir sobre o grupo em que o indivíduo está inserido.

Na perspetiva dos conservadores nacionais, estes desejam que o mundo retorne a uma realidade (que, na verdade, é apenas uma idealização dos mesmos) na qual existia um horizonte moral partilhado definido pelo credo religioso.

³ Oakeshott, Michael. 1991. *Rationalism in Politics and Other Essays*.

A esta maneira de pensar são atribuídos vários perigos, nomeadamente fenómenos de polarização extrema e de uma recaída histórica, na qual os atuais governantes idolatram não só ditadores do passado de determinadas nações, mas também as normas por eles implementadas, querendo concretizá-las na atualidade ou no futuro. É de notar que alguns pensadores de círculos conservadores norte-americanos consideram o ex-Primeiro-ministro António Oliveira de Salazar um modelo a seguir por futuros líderes americanos dada a sua ênfase na ordem, estabilidade e valores tradicionais durante o seu governo.

Chega-se então a um dilema: ameaça à coesão social. Concluiu-se primeiramente que o maior defeito que tanto os conservadores nacionais, bem como os identitários raciais apontaram ao individualismo foi o seu potencial de rutura da coesão social. Contudo, é natural que se observe aquando um foco excessivo numa identidade racial ou nacional às custas de valores partilhados, este pode contribuir para divisões sociais devido ao clima de desconfiança que naturalmente surgirá.

Resumidamente, se ambas estas doutrinas procuram concentrar o poder num grupo particular ou subjugar instituições democráticas, estas apresentar-se-ão como uma ameaça ao valor democrático de *Checks and Balances*, *Rule of Law*, e o respeito por diversos direitos humanos.

Conclusão

Em matéria de conclusão, este ensaio explorou a complexa interação entre as ideologias do conservadorismo nacional e do identitarismo racial, ambas as quais, apesar de sua aparente oposição, convergem em sua crítica ao individualismo. Ambas as ideologias entendem a crença na autonomia individual excessiva como uma ameaça à coesão social, à preservação cultural e à identidade coletiva.

A análise introduziu os conceitos de *Universitas* e *Societas* para lançar luz sobre as dinâmicas subjacentes dessas ideologias. Destacou que, apesar de seus caminhos aparentemente divergentes, tanto o conservadorismo nacional quanto o identitarismo racial atuam como *Universitas*, enfatizando um propósito comum que transcende as buscas individuais. Ao fazer isso, tentam promover um sentido de coesão social, preservação cultural e identidade coletiva que consideram essenciais para o bem-estar de suas respetivas comunidades, mas que não provam ser coerentes e/ou compatíveis com a realidade sociopolítica da modernidade.

No entanto, o ensaio também sublinhou as divergências nas suas soluções propostas. Os conservadores nacionais advogam pelo retorno a um horizonte moral compartilhado enraizado na tradição, enquanto os

identitários raciais buscam capacitar grupos raciais ou étnicos específicos em resposta a injustiças históricas.

Ao avaliar as críticas e controvérsias que cercam essas ideologias, torna-se evidente que um foco excessivo na identidade racial ou nacional, em detrimento de valores compartilhados, corre o risco de fomentar divisões sociais. O dilema surge à medida que essas ideologias, enquanto criticam o individualismo por seu potencial de perturbar a coesão social, elas próprias representam uma ameaça aos valores democráticos.

No contexto mais amplo da sociedade democrática moderna, é crucial reconhecer as *nuances* e complexidades inerentes às críticas apresentadas pelos conservadores nacionais e identitários raciais. Ao entender as semelhanças e divergências nas suas perspectivas sobre o individualismo, é possível envolver-se num discurso mais matizado e informado sobre os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas. À medida que as sociedades lidam com questões de identidade, autonomia e valores compartilhados, uma avaliação equilibrada e crítica dessas ideologias é essencial para navegar o caminho adiante.

Bibliografia

- Various. 2019. "Against the Dead Consensus." *First Things*, March. <https://www.firstthings.com/web-exclusives/2019/03/against-the-dead-consensus>.
- Will, George F. 2021. "National Conservatives and Racial Identitarians Have a Common Enemy: Individualism." *Washington Post*, December 24, 2021. <https://www.washingtonpost.com/opinions/2021/12/24/national-conservatives-racial-identitarians-pre-modern-individualism/>.
- Melo, João. 2020. "Antirracismo ou identitarismo?" *DN*, July 18, 2020. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/18-jul-2020/antirracismo-ou-identitarismo-12435299.html>.
- Reed, Adolph. "Marx, Race, and Neoliberalism." *New Labor Forum* 22, no. 1 (2013): 48–57. <http://www.jstor.org/stable/24718405>.
- O'NEILL, JOHNATHAN. "CONSTITUTIONAL CONSERVATISM AND AMERICAN CONSERVATISM." *Nomos* 56 (2016): 292–335. <https://www.jstor.org/stable/26387886>.
- Oakeshott, Michael. 1991. *Rationalism in Politics and Other Essays*.
- Fukuyama, Francis. 2022. *Liberalism and Its Discontents*.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

MUÑOZ, Sofia. «CONSERVADORISMO NACIONAL E IDENTITARISMO RACIAL: UMA ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS EM OPOSIÇÃO AO INDIVIDUALISMO», *Working Paper #121*, Observatório Político, publicado em setembro/2023, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.